



O Município de Gaspar, através da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa – Corpo de Bombeiros Militar; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde; Divulga:

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME:  
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME ESTABELECE O ART. 48, INCISO "I" DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ART. 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.241/2016.

**TÍTULO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR.

**Tipo de Licitação:** Menor Preço.

**Forma de Julgamento:** Por item.

**Forma de Fornecimento:** Parcelada.

**Valor Estimado da Licitação:** R\$ 87.527,09.

**Regência:** Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 783/2005, Decreto Municipal nº 1.731/2007, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 7.241/2016.

Data e horário de apresentação dos envelopes:

**Até as 09h00min do dia 09/10/2019.**

(Horário de Brasília)

Data e horário da abertura dos envelopes:

**Dia 09/10/2019, a partir das 09h30min.**

(Horário de Brasília)

**OBSERVAÇÃO:** A sessão do presente Pregão Presencial será transmitida por meio da INTERNET, através do canal YOU TUBE, ao vivo, permanecendo on-line até o final do certame com possibilidade de acesso a todos os interessados.

**Local de apresentação e abertura dos envelopes:** Departamento de Compras e Licitações, situado à Rua São Pedro, nº 128 - Edifício Edson Elias Wieser - 2º Piso (ao lado da sede da Prefeitura), no bairro Centro, na cidade de Gaspar, estado de Santa Catarina.

**Horário de expediente da Prefeitura:** das 8h às 12h e das 13h às 17h.

O MUNICÍPIO DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

## 1. DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto o *Registro de Preços para futuras aquisições de Gêneros Alimentícios para a Administração Direta da Prefeitura Municipal de Gaspar*, conforme as características descritas no ANEXO I - Termo de Referência e ANEXO II - Proposta de Preços.

1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93.

1.3 A aquisição do objeto descrito tem por justificativa o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral para os servidores municipais da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Corpo de Bombeiros Militar, para consumo no decorrer do seu dia, bem como para os usuários dos sistemas pertencentes as secretarias supracitadas.

1.3.1 Os itens foram relacionados baseados em quantias estimadas necessárias e suficientes para a demanda do período de 12 (doze) meses.

1.4 O Município de Gaspar realizou no dia vinte e sete do mês agosto do ano de dois mil e dezenove, sessão pública para o recebimento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial para futuras aquisições de gêneros alimentícios para Administração Direta, Autarquica e Fundacional do município de Gaspar, restando prejudicados os itens relacionados no ANEXO I - Termo de Referência e ANEXO II - Proposta de Preços do presente Edital.

## 2. DA APRESENTAÇÃO

2.1 No dia, hora e local designados **no preâmbulo** deste Edital, o Pregoeiro e/ou a sua equipe de apoio receberá(ão) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos exigidos para a Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

PREFEITURA DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS RAZÃO SOCIAL: CNPJ: ENDEREÇO/CEP: TELEFONE: <b>(OBRIGATÓRIO)</b> EMAIL: <b>(OBRIGATÓRIO)</b>	PREFEITURA DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019 ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO RAZÃO SOCIAL: CNPJ: ENDEREÇO/CEP: TELEFONE: <b>(OBRIGATÓRIO)</b> EMAIL: <b>(OBRIGATÓRIO)</b>
--	---

## 3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 Serão admitidos a participar desta Licitação, empresários, sociedades empresárias e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação e que atendam às condições de credenciamento e habilitação do presente Edital.

**3.2 ESTE PROCESSO SERÁ RESERVADO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME ESTABELECE O ART. 48, INCISO "I" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ART. 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.241/2016.**

3.3 É vedada a qualquer pessoa, física ou jurídica, a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa, exceto nos casos em que as empresas não sejam concorrentes nos mesmos itens. Devendo, para tanto, o representante apresentar declaração de que as empresas que representa não concorrerão aos mesmos itens. Caso o contrário seja constatado, quando da abertura dos envelopes das propostas de preços, todas as empresas, representadas pelo mesmo credenciado, serão desclassificadas em todos os

itens da licitação. Quando da forma de julgamento Global é vedada a qualquer pessoa, física ou jurídica, a representação de mais de uma empresa.

3.4 Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a manifestação de somente um representante de cada proponente.

3.5 A proponente deverá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, documento com a indicação do representante **credenciado**, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.5.1 O **CRENCIAMENTO** far-se-á por meio de:

- a) **Instrumento público de procuração original** juntamente com uma cópia que poderá ser autenticada na sessão mais um documento de identificação (com foto) do representante; **ou**
- b) **Procuração** ou **Declaração de Credenciamento** (Anexo V), acompanhada do Estatuto ou Contrato Social **original** juntamente com uma cópia que poderá ser autenticada na sessão mais um documento de identificação (com foto) do representante;
- c) **Estatuto ou Contrato Social original**, juntamente com uma cópia que poderá ser autenticada na sessão (ou uma cópia autenticada), em sendo **Sócio Administrador, Proprietário, Dirigente** ou **Assemelhado** da empresa proponente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhado de um documento de identificação (com foto). Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, desde que possua elementos para a sua verificação, uma vez que **PODERÁ** ter sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.
- c.1) **Certidão Simplificada** - Caso seja apresentada, esta substitui o Estatuto e/ou alterações do respectivo Contrato Social (somente para a alínea "c" acima), desde que comprove quem é o administrador.

3.5.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.5.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão).

3.5.3 Não serão autenticadas por esta administração as cópias de documentos autenticados em cartório.

3.5.4 **Declaração de Credenciamento** (vide Modelo 1 do ANEXO V).

#### **OBSERVAÇÃO:**

- A) Durante o andamento do certame, em qualquer fase do pregão, caso a empresa pretenda "SUBSTITUIR" o seu Representante Legal que tenha sido CREDENCIADO/CADASTRADO na fase do credenciamento, conforme estabelecido no item 3 e seguintes, para fornecer lances orais, manifestar intenção motivada em interpor Recurso Administrativo ou negociar com o Pregoeiro, poderá fazê-lo mediante apresentação de Procuração ou Declaração de Credenciamento na forma estabelecida no item 3.5.1, conferindo poderes ao credenciado e concedendo poderes expressos para atos em Processo Licitatório.
- B) Caso o credenciado for o próprio sócio com poderes para assumir obrigações pela empresa jurídica concedidas pelo próprio CONTRATO/ESTATUTO SOCIAL, não será necessária a entrega da procuração.
- C) Caso o credenciado se ausente da sala da sessão do Pregão Presencial, a ausência tem o mesmo efeito do não credenciamento e não será mais possível a sua manifestação para frente, caso não tenha manifestado sua intenção motivada em recorrer, não poderá interpor recurso posteriormente.

3.5.5 Os licitantes que optarem por enviar via **CORREIO/TRANSPORTADOR** os envelopes de

Proposta de Preços e de Habilitação (ambos LACRADOS) conforme especificado no item 7.2.3.2, deverá constar, em 01 (um) envelope LACRADO e identificado como sendo referente aos documentos de CREDENCIAMENTO, separado dos demais, a seguinte documentação para o credenciamento da licitante:

- a) se a declaração for assinada por procurador: cópia autenticada da procuração pública, acompanhado de uma cópia autenticada do documento de identificação (com foto) do outorgante;
- b) se a procuração for particular: cópia autenticada da procuração particular com firma reconhecida, juntamente com a cópia autenticada do estatuto, contrato social ou requerimento de empresário, acompanhado de uma cópia autenticada do documento de identificação (com foto) do outorgante;
- c) se a declaração for assinada pelo administrador da empresa: cópia autenticada do estatuto, contrato social ou requerimento de empresário, cópia autenticada da procuração pública, acompanhado de uma cópia autenticada do documento de identificação (com foto) do outorgante.

3.6 A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na Cláusula Quinta deste Edital. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que não possui regularidade fiscal na data da sessão, a mesma deverá constar nesta Declaração que atende aos requisitos necessários à habilitação, com exceção da regularidade fiscal.

#### **3.6.1 Declaração de Habilitação** (vide Modelo 2 do ANEXO V).

3.7 A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devidamente assinada por representante legal, para corroborar a comprovação a condição de ME ou EPP, na mesma deverá constar que a licitante atende aos requisitos necessários para usufruir dos benefícios previstos na LC nº 123/2006, sob a pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP.

#### **3.7.1 Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte** (vide Modelo 3 do ANEXO V).

3.8 A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração de Idoneidade, dando ciência de que a empresa licitante não está cumprindo penalidades de Inidoneidade, Suspensão ou Impedimento para licitar com órgão da Administração Pública.

#### **3.8.1 Declaração de Idoneidade** (vide Modelo 4 do ANEXO V).

3.9 Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10 Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

#### **3.11 Será vedada a participação de empresas na licitação, quando:**

- a) Suspensas temporariamente de participar em licitação, impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e declaradas inidôneas por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados;



- b) Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Participe, seja a que título for, servidor público municipal de Gaspar.

#### 4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A Proposta de Preços contida no **Envelope nº 01 "PROPOSTA DE PREÇOS"** deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

- a) **preferencialmente** emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente assinada pelo responsável da empresa representada, em 1 (uma) via.
- b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante.

4.2 A proposta de preços da licitante deverá conter **OBRIGATORIAMENTE**, no ANEXO II, a **MARCA** e o **VALOR UNITÁRIO** do item, não podendo ultrapassar o(s) valor (es) unitário(s) máximo(s) previsto(s) pela Administração Municipal, sob pena de desclassificação da licitante na forma de julgamento deste Edital.

4.2.1 A proponente deverá apresentar também no envelope de PROPOSTA DE PREÇOS, uma cópia do documento de registro no S.I.M, S.I.E e/ou S.I.F para produtos de origem animal, sendo eles: Item 05 - Requeijão cremoso; Item 06 - Bacon; Item 07 - Presunto suíno; Item 10 - Queijo tipo "parmesão" ralado; Item 15 - Creme de Leite; Item 24 - Iogurte sem lactose.

4.2.1.1 Todos os produtos entregues deverão ter o mesmo registro apresentado na licitação.

4.2.2 Deverá ser ofertada apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.3 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como o custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação. No caso de licitante cooperativa, deverá estar incluso no preço o INSS que deverá ser pago pelo Município, conforme determinado pelo art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212/91 e alterações realizadas pela Lei nº 9.876/99.

**Parágrafo Único** - Para facilitar o julgamento, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS.

4.3 O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data limite para a entrega dos envelopes independente de qualquer transcrição realizada na proposta de preços pelo licitante.

4.3.1 Caso o prazo estabelecido no item 4.3 não esteja expressamente indicado na proposta, este será considerado como aceito para efeito de julgamento.

4.4 A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante **EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTA EDITAL, SEUS ANEXOS E QUE OS PRODUTOS/SERVIÇOS QUE FORAM COTADOS APRESENTAM TODAS AS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS NA FOLHA PROPOSTA DE PREÇOS**, conforme ANEXO II do Edital.

**4.5 A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO IMPLICA NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DA PROPONENTE, DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

#### 5. DA HABILITAÇÃO

5.1 A proponente deverá apresentar o envelope nº 02 "**HABILITAÇÃO**", em 1 (uma) via contendo os

seguintes documentos:

### **5.1.1 Habilitação Jurídica:**

5.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

5.1.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, podendo ser acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.1.4 No caso de sociedade por ações, ato constitutivo e estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, podendo ser acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.1.6 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

5.1.1.7 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.1.8 No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

5.1.1.9 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**Observação:** Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.1.1.1 à 5.1.1.9 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

### **5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

5.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

5.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.1.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.1.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



**Observação:**

- a) As certidões negativas ou positivas com efeito de negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.
- b) Deverão apresentar toda a documentação para comprovação de regularidade fiscal, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO, conforme estabelecido no art. 43 da LC nº 123/2006 e LC nº 147 de 07/08/2014.
- c) A AUSÊNCIA de documentação de Regularidade Fiscal por parte das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte na fase de Habilitação importará em Inabilitação da mesma.
- d) As certidões negativas ou positivas com efeito de negativas deverão conter a data de validação e de validade.

**5.1.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

5.1.3.1 Alvará Sanitário da Licitante em dia, ou seja, com validade na data de abertura da licitação.

**Observação:** A apresentação do **Alvará Sanitário (5.1.3.1)**, poderá ser feita por meio de via original ou fotocópia autenticada em cartório ou autenticada até 01 (um) dia antes do certame, por servidor do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Gaspar. Caso seja apresentada fotocópia simples do **Alvará Sanitário (5.1.3.1)**, DEVERÁ SER APRESENTADO (NA SESSÃO) O DOCUMENTO ORIGINAL PARA CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.726/2018, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

5.1.3.2 Declaração de Conhecimento das Condições de Fornecimento (vide Modelo 5 do ANEXO V).

“HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA E DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES OU PRODUTORES RURAIS”.

5.2 OS PROPONENTES **AGRICULTORES FAMILIARES** OU **PRODUTORES RURAIS** DEVERÃO APRESENTAR O ENVELOPE Nº 02 "**HABILITAÇÃO**", CONTENDO OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

**5.2.1 Habilitação Jurídica:**

5.2.1.1 Extrato da DAP física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias, no caso de agricultor familiar;

5.2.1.2 Comprovante de Inscrição Estadual de Produtor Rural, emitido nos últimos 30 dias, no caso de produtor Rural;

5.2.1.3 Comprovante de Situação Cadastral no CPF do interessado ([www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp)).

**Observação:** Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.2.1.1 à 5.2.1.2 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

**5.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

5.2.2.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.2.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60



(sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;  
5.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;  
5.2.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### **5.2.3 Qualificação Técnica:**

5.2.3.1 O Agricultor Familiar ou Produtor Rural que apresentar cotação para produtos de origem animal (Item 05 - Requeijão cremoso; Item 06 - Bacon; Item 07 - Presunto suíno; Item 10 - Queijo tipo "parmesão" ralado; Item 15 - Creme de Leite; Item 24 - Iogurte sem lactose;) ou qualquer outro produto submetido a Inspeção Sanitária Municipal, Estadual ou Federal deverá apresentar cópia do Alvará Sanitário da Licitante em dia, ou seja, com validade na data de abertura da licitação ou da documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, **podendo ser S.I.M, S.I.E ou S.I.F.**

**Observação:** Caso **não** conste ano de validade no Alvará, deverá ser anexada a cópia do comprovante de recolhimento da taxa de anuidade. Caso seja apresentada fotocópia simples do **item 5.2.3.1, DEVERÁ SER APRESENTADO (NA SESSÃO) O DOCUMENTO ORIGINAL PARA CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.726/2018, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**

5.2.3.2 Declaração de Conhecimento das Condições de Fornecimento (vide Modelo 5 do ANEXO V).

**Atenção:** As empresas que possuem o Certificado de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal ficam dispensadas de apresentar o **Alvará Sanitário**, devendo apresentar o respectivo comprovante de inspeção válido (SIF, SIE, SIM), nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 1283/1950. A apresentação do S.I.M, S.I.E ou S.I.F pela proponente no envelope de proposta de preço, conforme item 4.2.1 do Edital, ficará dispensada a apresentação no envelope de habilitação (item 5.2.3.1 da qualificação técnica).

5.2 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues.

5.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

5.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

### **OBSERVAÇÃO**

- a) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser, preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso seja apresentada fotocópia simples **DEVERÁ SER APRESENTADO (NA SESSÃO) O DOCUMENTO ORIGINAL PARA CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.726/2018, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**
- b) Os documentos necessários à Habilitação entregues em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.
- c) Os documentos necessários à Habilitação poderão ser autenticados por servidor do Departamento de Compras e Licitações da Administração Pública Municipal de Gaspar - SC, até 1 (um) dia útil antes da sessão de abertura de envelopes.
- d) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser

autenticado, desde que possua elementos para a sua verificação, uma vez que PODERÁ ter sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

## 6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1 Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação", deverão ser entregues e protocolados junto ao Departamento de Compras e Licitações localizado no Edifício Edson Elias Wieser, 2º Andar, sito a Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP 89.110-082 na cidade de Gaspar/SC, em dias úteis, no horário de expediente no máximo até as 09h00min da data de apresentação dos envelopes designada no preâmbulo deste edital.

6.2 Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente. Deverão ser entregues e protocolados junto ao Departamento de Compras e Licitações localizado no Edifício Edson Elias Wieser, 2º Andar, sito a Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP 89.110-082 na cidade de Gaspar/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

**Observação:** Também serão reconhecidos os recursos enviados para o e-mail informado no item 6.6, desde que remetidos tempestivamente.

6.3 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

6.4 Ao apresentar proposta a proponente SE OBRIGA E DECLARA TER ACEITO os termos do presente Edital.

6.5 O Edital encontra-se disponível para consulta no *Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, 2º Andar, sito a Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP 89.110-082 na cidade de Gaspar/SC, em dias úteis, no horário de expediente, bem como no portal eletrônico disponível no site do Município de Gaspar (<http://www.gaspar.sc.gov.br/>).*

6.6 As informações relativas a este Edital poderão ser obtidas em dias úteis, no horário de expediente, através dos telefones: (47) 3331-1846; (47) 3331-1844 ou ainda por e-mail: [pregao@gaspar.sc.gov.br](mailto:pregao@gaspar.sc.gov.br).

## 7. DA ABERTURA E JULGAMENTO

7.1 No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, e procederão conforme adiante indicado.

### 7.2 Do Credenciamento

7.2.1 Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.

7.2.2 A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá o mesmo de praticar atos em nome da licitante, ficando impedido inclusive de ofertar lances verbais e recorrer dos atos praticados na sessão, lavrando-se em ata o ocorrido.

7.2.3 Deverão ser apresentadas, ainda, conforme modelos do Anexo V, a **Declaração para Habilitação, Declaração de Idoneidade e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.

7.2.3.1 Somente serão acessados os envelopes de proposta de preços das empresas que apresentarem a Declaração de Habilitação em conformidade com o item 3.6 do Edital, ou modelo 2 do ANEXO V.

7.2.3.2 Os licitantes que desejarem enviar sua documentação via CORREIO/TRANSPORTADOR, deverão enviar 01 (um) único envelope **LACRADO** contendo dentro os outros 03 (três) **envelopes identificados e LACRADOS** com a documentação referente à Habilitação (um envelope), à Proposta de Preços (um envelope) e ao Credenciamento (um envelope).

7.2.3.3 A falta da declaração de Habilitação impede o acesso ao envelope de proposta de preços da licitante, podendo, caso o representante na sessão tenha poderes, assinar a Declaração de Habilitação na



fase de Credenciamento.

7.2.3.4 A não apresentação da declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte implicará na não utilização dos benefícios da LC nº 123/2006; podendo o representante, caso esteja presente na sessão, assinar a declaração na fase de Credenciamento.

### **7.3 Da Abertura dos envelopes de Proposta de Preços**

7.3.1 Finalizada a fase de Credenciamento serão abertos os Envelopes de Nº 01 - **PROPOSTA DE PREÇOS**.

7.3.2 O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do Envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

7.3.3 O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço **POR ITEM** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou

7.3.3.1 Classificará as 3 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 3 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.

7.3.4 O Pregoeiro e a sua equipe de apoio após rubricarem todos os documentos contidos no envelope de Nº 01 passarão para os licitantes credenciados também o fazerem.

### **7.4 Da Fase Competitiva (Lances)**

7.4.1 Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada a oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

7.4.1.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.4.1.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

7.4.1.3 Fica a cargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

7.4.1.4 O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

7.4.1.5 Na fase de lances verbais, se uma proponente ofertar valor igual ao valor anteriormente ofertado por outra proponente, implicando em empate de valores, será dada preferência a proponente que ofertou o menor valor em primeiro lugar.

7.4.1.6 Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.4.1.7 A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.1.8 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

### **7.4.2 Do empate legal (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)**

7.4.2.1 Procedida a classificação provisória e verificado que a melhor oferta **não** foi apresentada por **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas (**empate fictício**), na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 da mesma Lei; que, caso ocorrido, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** melhor classificada poderá apresentar lance inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na fase de habilitação), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não apresentando lance a **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas **Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte** que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que poderá apresentar melhor oferta.

7.4.2.2 O prazo para apresentação do lance será de **até 05 (cinco) minutos** após a notificação do Pregoeiro ao interessado, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC nº 123/2006).

7.4.2.3 Na hipótese de não haver interesse por parte da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de inovar em seu preço, nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.2.4 Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**.

### **7.4.3 Das condições de aceitabilidade da proposta**

7.4.3.1 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.3.2 Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços que ultrapassem os **valores máximos** estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

7.4.3.3 Caso entenda necessário, o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de aferição de exequibilidade das propostas. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá determinar que a licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

- a) da apresentação de planilha de custos; ou
- b) da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

7.4.3.4 A diligência servirá como subsídio para decisão do Pregoeiro ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

### **7.5 Da abertura dos envelopes de Habilitação**

7.5.1 Sendo aceitável a proposta de menor preço, **depois de encerrada a etapa de lances**, será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação da sua habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5.1.1 O Pregoeiro e a sua equipe de apoio após analisarem e rubricarem todos os documentos contidos no envelope de Nº 02 "HABILITAÇÃO" passarão aos licitantes credenciados para também o fazerem.

7.5.1.2 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1.3 Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

## 7.5.2 Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº 123/2006)

7.5.2.1 Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal e trabalhista, aplicando-se o disposto no item 7.5.1.3 “a”, “b”, “c” e “d” deste Edital;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando-se:
  - I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação esta regular; ou
  - II - O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente a regularidade fiscal e trabalhista em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.5.2.2 A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 7.5.2.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 7.4.2 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

## 7.6 Da negociação após a fase competitiva (lances)

7.6.1 Nos casos de desclassificação do licitante pelo fato de a oferta não ser aceitável ou se o licitante foi considerado inabilitado, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

7.6.2 Ocorrendo uma das situações previstas no item 7.6.1 do Edital, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor (art. 4º, XVII da Lei nº 10.520/2002).

## 7.7 Da declaração do vencedor

7.7.1 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora.

## 7.8 Da interposição de Recurso Administrativo

7.8.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro proporcionará a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso contra as decisões e atos praticados na sessão, esclarecendo que a falta desta manifestação imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes.

7.8.1.1 A licitante que desejar interpor recurso deverá manifestar-se por escrito em papel fornecido pelo Pregoeiro, onde reduzirá a termo a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, indicando de forma clara e objetiva os atos e decisões que pretende impugnar.

7.8.1.2 A manifestação da licitante será transcrita para a ATA de Sessão, ficando a empresa cientificada que as razões de recurso ficam vinculadas a sua manifestação na sessão.

7.8.2 A apresentação de razões de recurso diversa da intenção de recurso apresentada na sessão implicará no não conhecimento do Recurso na parte em que inovou.

7.8.3 É vedada à licitante a utilização de recurso como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o

procedimento da Licitação.

7.8.3.1 Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro ou a Autoridade superior arquivar sumariamente os expedientes.

7.8.4 O prazo para interposição de recurso é de 3 (três) dias úteis.

7.8.5 A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8.6 Os recursos ou contrarrazões de recursos deverão ser protocolados em documento original diretamente no *Departamento de Compras e Licitações situado à Rua São Pedro, nº 128 - Edifício Edson Elias Wieser – 2º Piso (ao lado da sede da Prefeitura), no bairro Centro, na cidade de Gaspar, estado de Santa Catarina, no horário de expediente da Prefeitura das 8h às 12h e das 13h às 17h.*

**Observação:** Também serão reconhecidos os recursos e/ou contrarrazões enviados para o e-mail informado no item 6.6, desde que remetidos tempestivamente.

7.8.6.1 A Administração não se responsabiliza pela falha na entrega dos recursos ou contrarrazões, uma vez que a entrega é opcional e de responsabilidade exclusiva da interessada.

7.8.6.2 Não serão conhecidos recursos ou contrarrazões de recursos protocolados fora do prazo estabelecido no Edital, ou ainda protocolados fora do expediente do Departamento de Compras e Licitações do Município.

7.8.7 Na contagem dos prazos estabelecidos para apresentação de recursos ou contrarrazões de recursos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis e o horário de expediente do Departamento de Compras e Licitações.

7.8.8 O Departamento de Compras e Licitações do Município atende em dias úteis das 8h às 12h e das 13h às 17h.

## 7.9 Do julgamento dos recursos

7.9.1 Após a manifestação dos interessados, o Pregoeiro fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos.

7.9.2 Após análise e manifestação do Pregoeiro sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

7.9.3 A Autoridade competente emitirá a Decisão Final.

7.9.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9.5 Não caberá recurso administrativo contra a Decisão Final da Autoridade Competente.

7.9.6 Os recursos, contrarrazões, manifestação do Pregoeiro, Parecer jurídico e Decisão final da Autoridade Competente serão disponibilizados em formato digital no portal eletrônico do Município ([www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)).

## 7.10 Das providências a serem adotadas pela vencedora da licitação

7.10.1 Quando o critério de julgamento da licitação for menor preço por lote ou global, a empresa vencedora deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após o término da sessão, a proposta de preço readequada, ficando desde já estabelecido que para evitar o jogo de planilhas, deve ser aplicado a todos os itens o percentual de desconto ofertado, considerando-se o valor proposto na proposta inicial e o valor final após a fase de lances para cada lote.

7.10.2 A proposta readequada não poderá ter preço unitário superior ao apresentado na proposta de preços inicial, caso tal situação seja necessária deverá ser apresentada justificativa, a qual será avaliada pela Administração, sendo que em nenhum caso a proposta readequada poderá ter valor global ou do lote superior aos valores ofertados na fase de lance, devendo sempre ser apresentados valores com no máximo 2 (duas) casas decimais, e caso seja necessário realizar algum arredondamento, o mesmo sempre deve ser para baixo.

### 7.11 Dos registros da Sessão

7.11.1 De cada sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

### 7.12 Das disposições gerais

7.12.1 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.12.2 A Comunicação oficial entre Pregoeiro e licitantes fora da sessão se dará através de avisos disponibilizados no portal eletrônico do Município.

7.12.3 A comunicação oficial para questionamentos, esclarecimentos ou dúvidas entre licitantes e Pregoeiro fora da sessão se dará através do e-mail [pregao@gaspar.sc.gov.br](mailto:pregao@gaspar.sc.gov.br), devendo ser mencionado no assunto do e-mail o número do Processo Licitatório e o número do Pregão Presencial.

## 8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1 Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei nº 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviadas aos cuidados do Pregoeiro.

8.3 A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5 Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6 Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao *Departamento de Compras e Licitações, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, 2º Andar, sito a Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP 89.110-082, Município de Gaspar/SC, em dias úteis, no horário de expediente*, o qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

**Observação:** Também serão reconhecidos os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do Edital enviados para o e-mail informado no item 6.6, desde que remetidos tempestivamente.

8.7 É vedada à licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

## 9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora, lavrando a Ata de Registro de Preços, e encaminhando a mesma, junto com o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

9.2 Havendo recurso, a adjudicação do objeto à licitante vencedora e a homologação do processo

efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo Pregoeiro sobre o mesmo.

9.3 Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

- a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.3.1 Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 15 deste Edital.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do adjudicatário em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observada a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/2002.

9.5 No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

- a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;
- b) Na ausência de empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas, respeitando-se a ordem de classificação.

9.6 A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada a vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

## **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO**

10.1 A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2 Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de homologação da mesma pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

10.4 O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1 O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era

imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

10.5.1 O fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio)

10.6 As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

## **11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

11.1 A aquisição far-se-à de forma parcelada, conforme demanda, com entregas semanais e mensais, de acordo com a característica de cada item, através de Autorizações Empenho - AE, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

11.1.1 As datas para entrega e o cronograma com as quantidades de produtos destinados a cada local para a entrega mensal e semanal, serão fornecidos pelo requisitante, sendo o cronograma mensal entregue duas semanas antes da data e o semanal em até 72 horas antes da data da entrega.

11.1.2 Os prazos de entrega serão aqueles definidos no Cronograma de Entrega, encaminhado via e-mail por pessoa responsável de cada órgão requisitante, que os despachará com antecedência mínima de 05 (cinco) dias para as entregas semanais e de 15 (quinze) dias para as entregas mensais.

11.1.3 Haverá mudanças no cronograma semanal e mensal de acordo com a necessidade de cada requisitante.

11.1.4 As entregas deverão ser efetuadas no horário de expediente de cada requisitante.

11.1.5 **Os locais de entrega, bem como as normas a serem seguidas (cronograma) para a entrega dos Gêneros Alimentícios, serão aqueles expressos e relacionados no Anexo I - Termo de Referência, apenso a este Edital.**

11.1.6 Poderá ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados neste Edital, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os Gêneros Alimentícios no local indicado, desde que seja dentro do Município de Gaspar.

11.2 O fornecedor será responsável pela elaboração dos comprovantes de entrega que serão assinados pelo responsável do recebimento em cada local.

11.2.1 Os comprovantes de entrega deverão ser feitos em duas vias: uma via fica para o fornecedor e outra para o requisitante.

11.2.2 Cabe ressaltar que as notas fiscais somente são encaminhadas para pagamento após conferência dos comprovantes de entrega.

## **12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

12.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

12.2 A **CONTRATADA** será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

12.3 No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

12.4 Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo IGP-DI, ou por outro que venha a

substituí-lo.

### **13. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 O pagamento será efetuado *em até 15 (quinze) dias*, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável da requisitante.

13.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC.

13.6 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

*Corpo de Bombeiros Militar*

*Exercício 2019;*

*Secretaria Municipal de Assistência Social*

*Exercício 2019;*

*Secretaria Municipal de Saúde*

*Exercício 2019;*

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente da ATA ou item da ATA de Registro de Preços, conforme o caso;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

15.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta vencedora em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal referente à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo à Administração.

15.4 Caberá aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor total da Proposta de Preços da Licitante ou do valor total ou do item da ATA de Registro de Preços, nas seguintes proporções e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar a ATA de Registro de Preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- b) Quem, convocado dentro do prazo de vigência da ATA de Registro de Preços, não firmar o contrato; Multa de 10%, calculada sobre o valor total do contrato no caso de recusa em assinar o contrato;



- c) deixar de entregar documentação exigida para o certame; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- d) apresentar documentação falsa exigida para o certame; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- f) não manter a proposta de preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- h) comportar-se de modo inidôneo; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- i) cometer fraude fiscal; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- j) Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da CONTRATADA, será aplicada a penalidade de Multa de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor total do pedido;
- k) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; Multa de 10% sobre o valor total do lote ou dos itens da ATA de Registro de Preços relacionados no pedido.

15.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar a ATA de Registro de Preços; 1 (um) ano mais multa;
- b) Quem, convocado dentro do prazo de vigência da ATA de Registro de Preços, não firmar o contrato; 1 (um) ano mais multa;
- c) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 (um) ano mais multa;
- d) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 (um) ano mais multa;
- f) não manter a proposta de preços; 1 (um) ano mais multa;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 (quatro) anos mais multa;
- h) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- i) cometer fraude fiscal; 5 (cinco) anos mais multa;
- j) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; 1 (um) ano mais multa.

15.6 Em todo caso a licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

15.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

15.7 É facultado a licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

15.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente da garantia prestada, dos valores devidos à CONTRATADA, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

15.9 Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, a licitante será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

15.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por qualquer Secretário Municipal requisitante dos materiais do presente Edital.

15.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise serão submetidos à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

## 16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DA FORNECEDORA

16.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) contratada(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços de fornecimento;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

16.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.2 A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

17.3 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

17.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa.

17.6 As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.8 As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

17.10 A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

17.11 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será **automaticamente transferida** para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.12 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail: **pregao@gaspar.sc.gov.br** ou por escrito e protocolado junto ao Departamento de Compras e Licitações, situado no *Edifício Edson Elias*



Wieser – 2º Andar na Rua São Pedro nº 128 – Centro, CEP 89.110-082 na cidade de Gaspar/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

17.13 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

17.14 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Gaspar/SC.

17.15 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes nº 01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

17.16 São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II - Proposta de Preços;
- c) Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV - Minuta do Contrato;
- e) Anexo V - Modelos/Declarações.

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

Gaspar, 20 de setembro de 2019.

**CARLOS ROBERTO PEREIRA**  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão  
Administrativa

**JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JUNIOR**  
Secretário Municipal da Saúde

**SANTIAGO MARTIN NAVIA**  
Secretário Municipal de Assistência Social

# ANEXO I

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futuras aquisições de Gêneros Alimentícios para a Administração Direta da Prefeitura Municipal de Gaspar, conforme as características técnicas descritas na Tabela 1.

Tabela 1.

Item	Descrição	CBM	Social	Saúde	Total
<b>Alimentos Perecíveis</b>					
1	<b>UNIDADE</b> <b>PÃO DE LEITE</b>  Pão de forma fatiado com 20 gramas cada fatia, com validade mínima de 48 horas, com boa aparência, <b>em embalagem plástica e transparente de 400 gramas</b> com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.	5.000	1.200	300	<b>6.500</b>
2	<b>UNIDADE</b> <b>PÃO PRÓPRIO PARA CACHORRO QUENTE</b>  Com no mínimo 50 gramas cada, com validade de 48 horas, com boa aparência, em embalagem plástica e transparente com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.	5.000	800	3.000	<b>8.800</b>
3	<b>UNIDADES</b> <b>PÃO DOCE TIPO MASSINHA</b>  Com no mínimo 80 gramas cada, com creme de baunilha e farofa, com validade de 48 horas, com boa aparência, em embalagem plástica e transparente com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.	5.000	1.200	1.000	<b>7.200</b>
4	<b>UNIDADE</b> <b>PÃO DE QUEIJO</b>  Com no mínimo 50 gramas cada, com validade de 48 horas, com boa aparência, consistência macia, em embalagem plástica e transparente com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.		2.000	300	<b>2.300</b>



5	<p><b>POTE REQUEIJÃO CREMOSO</b></p> <p>- Em pote de 500g, produto pastoso de cor clara e uniforme, odor e sabor próprios, isento de mofos, bolores ou substâncias estranha; n° de registro em órgão competente (S.I.E. ou S.I.F.), conter informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, validade de no mínimo 3 semanas a partir da data de entrega, transporte a frio ≤ 9 oC.</p>	165	200	50	415
6	<p><b>KG - Pacote contendo 1kg BACON DE PRIMEIRA QUALIDADE</b></p> <p>Com fina capa de gordura, em embalagem de PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca, peso líquido e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.</p>	300			300
7	<p><b>UNIDADE PRESUNTO SUÍNO</b></p> <p>Cozido fatiado, resfriado, de primeira qualidade. Embalagem de 200 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.</p>	500			500
8	<p><b>UNIDADE FOLHA DE LOURO</b></p> <p>Embalagem contendo no mínimo 50g, com identificação do produto e prazo de validade.</p>	110			110
<b>Alimentos não Perecíveis</b>					
9	<p><b>KG COLORAU</b></p> <p>- Em kg, em pó fino, homogêneo, elaborado a partir do urucum, de coloração vermelho intensa, conter identificação do produto, nome e endereço do fabricante impresso na embalagem, validade superior a 3 meses a partir da data de entrega. Não deverá apresentar resíduo ou impurezas, bolor ou cheiro não característico.</p>	50	45		95
10	<p><b>UNIDADE QUEIJO TIPO PARMESÃO RALADO</b></p> <p>Embalagem de 100g, em saco plástico transparente atóxico, resistente, hermeticamente fechado. Conter composição, conservação, informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem. Deverá apresentar validade superior a 6 meses a partir da data de entrega.</p>	110	80		190



11	<p><b>UNIDADE</b> <b>SUCO EM PÓ</b></p> <p>Sabores (laranja, limão, abacaxi, uva, morango, cajú e maracujá), já adoçado, rendimento de 1 Litro, preparado sólido artificial para refresco de diversos sabores. Devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos insetos, bem como livres de umidade. Embalagem: Embalagem de polietileno atóxico, resistentes, com peso líquido de 25 gramas. com rendimento de 1 Litro. Legislação: Resolução - RDC no 39, de 21 de março de 2001.</p>	1.000			1.000
12	<p><b>UNIDADE</b> <b>MILHO BRANCO</b></p> <p>Tipo canjica branca, de procedência nacional. Embalagem de 500g, em plástico atóxico, transparente e incolor, termosselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas, ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Rótulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.</p>	110			110
13	<p><b>UNIDADE</b> <b>MILHO PARA PIPOCA</b></p> <p>Embalagem de 500g, em plástico atóxico, transparente e incolor, termosselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas, ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Rótulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.</p>	80			80
14	<p><b>UNIDADE</b> <b>CALDO / CARNE E LEGUMES</b></p> <p>Caldo de carne e legumes, sabores variados, embalagem de 114g, validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.</p>	200			200
15	<p><b>UNIDADE</b> <b>CREME DE LEITE</b></p> <p>Caixa de creme de leite elaborado com gordura Láctea, contendo 25% a 30% de gordura, fabricado a partir de matéria-prima selecionada, validade mínima de 3 meses e embalagem tetra Pack (caixinha) com peso líquido de 200g.</p>	200			200
16	<p><b>UNIDADE</b> <b>REFRIGERANTE 2,5L</b></p> <p>Refrigerante de 1ª linha sabor cola - embalagem "pet" com 2,5 litros, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade, informação dos ingredientes e composição nutricional.</p>	500			500
<b>Alimentos não perecíveis p/ alunos com necessidades alimentares especiais</b>					

17	<p><b>UNIDADE FARINHA LÁCTEA SEM LACTOSE</b></p> <p>Com soja. Isento de leite e derivados. Fonte de vitaminas e minerais. <b>Embalagem de 210 gramas</b> com o modo de preparo, os ingredientes, a conservação, as informações nutricionais, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.</p>	42	42
18	<p><b>LATA BEBIDA ORGÂNICA EM PÓ À BASE DE ARROZ E COCO</b></p> <p>- <b>Em lata de 300g.</b> Ingredientes: arroz orgânico, cálcio, leite de coco em pó, óleo de girassol alto oleico, sal, aromas naturais e espessante natural goma xantana. Deverá conter informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.</p>	38	38
19	<p><b>UNIDADE BISCOITO DOCE TIPO SEQUILHOS SEM GLÚTEN, SEM LACTOSE, ISENTO DE PROTEÍNAS DO LEITE</b></p> <p>Isento de proteínas do leite. De 1º qualidade. Sabores variados. <b>Embalagem de 270 gramas</b> com os ingredientes, as informações nutricionais, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.</p>	25	25
20	<p><b>UNIDADE BOLO SEM GLÚTEN</b></p> <p>- <b>Embalagem de 400g,</b> alimento para dietas especiais isentas de glúten, de sabores variados, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.</p>	30	30
21	<p><b>UNIDADE BOLO SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNAS LÁCTEAS</b></p> <p>- <b>Embalagem de 400g,</b> alimento para dietas especiais isentas de lactose e proteína do leite de vaca, de sabores variados, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.</p>	20	20
22	<p><b>UNIDADE BOLO INTEGRAL</b></p> <p>- <b>Embalagem de 400g,</b> alimento para dietas especiais rica em fibra, de sabores variados, com</p>	19	19



	boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá apresentar como primeiro ingrediente "farinha de trigo integral", ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.			
23	<b>KG</b> <b>FÉCULA HIDRATADA PARA TAPIOCA</b>  - Em kg, cor branca, odor e sabor característico, aspecto úmido, ingredientes: fécula de mandioca e água. Não contem glúten, açúcar e lactose. Deverá conter informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.	20		20
24	<b>UNIDADE</b> <b>IOGURTE SEM LACTOSE</b>  - <b>Embalagem plástica de 170g a 180g</b> , produto sem lactose, sabores variados, com polpa de fruta, embalagem contendo ingredientes, informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, nº de registro em órgão competente (S.I.E. ou S.I.F.), validade de no mínimo 3 semanas a partir da data de entrega, transporte a frio ≤ 9 oC.	100		100
25	<b>UNIDADE</b> <b>MACARRÃO DE ARROZ SEM GLÚTEN</b>  Massa alimentícia a base de arroz. <b>Embalagem de 500g</b> com os ingredientes, as informações nutricionais, o modo de preparo, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.	20		20
26	<b>UNIDADE</b> <b>MACARRÃO INTEGRAL TIPO PARAFUSO</b>  Com farinha de trigo integral como principal ingrediente. Fonte de fibras. <b>Embalagem de 500 gramas</b> com os ingredientes, as informações nutricionais, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.	25		25
27	<b>UNIDADE</b> <b>PÃO FATIADO SEM GLÚTEN</b>  - <b>Embalagem de 500g</b> , alimento para dietas especiais isentas de glúten, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.	45		45

28	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO FATIADO SEM LACTOSE E SEM</b> <b>PROTEÍNAS LÁCTEAS</b></p> <p>- <b>Embalagem de 500g</b>, alimento para dietas especiais isentas de lactose e proteína do leite de vaca, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.</p>		40		40
29	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO FATIADO INTEGRAL</b></p> <p>- <b>Embalagem de 500g</b>, alimento para dietas especiais rica em fibra, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá apresentar como primeiro ingrediente “farinha de trigo integral”, ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.</p>		19		19

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição do objeto descrito tem por justificativa o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral para os servidores municipais da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Corpo de Bombeiros Militar, para consumo no decorrer do seu dia, bem como para os usuários dos sistemas pertencentes as secretarias supracitadas.

2.1.1 Os itens foram relacionados baseados em quantias estimadas necessárias e suficientes para a demanda do período de 12 (doze) meses.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 O materiais/produtos relacionados neste termo consideram-se bens e serviços comuns, conforme disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, uma vez que são produtos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

## 4. DAS NORMAS A SEREM SEGUIDAS PARA AS ENTREGAS DOS PRODUTOS

4.1 Todas as embalagens dos produtos industrializados deverão estar escritas em língua portuguesa, conter o quadro de valores nutricionais, nome e endereço do fabricante.

4.1.1 Não serão aceitas embalagens defeituosas que exponham o produto à contaminação e/ ou deterioração.

4.2 O concorrente deverá apresentar, no momento da abertura dos envelopes, uma cópia do documento de registro no S.I.M., S.I.E. e/ ou S.I.F. dos produtos exigidos (Item 05 – Requeijão cremoso; Item 06 – Bacon; Item 07 – Presunto suíno; Item 10 – Queijo tipo “parmesão” ralado; Item 15 – Creme de Leite; Item 24 – Iogurte sem lactose), sendo que o produto entregue posteriormente deverá ser deste mesmo registro, conforme exigido no item 4.2 e seguintes do Edital.

4.3 Os produtos deverão ser entregues sem qualquer adereço e/ ou sujidades que lhe acrescentem peso ou tão pouco deverão apresentar podridão ou deterioração causados por fungos, microorganismos e/ ou injúrias mecânicas.

4.3.1 Além disso, a mercadoria deverá ser do tipo selecionada e ter grau de maturação adequado para consumo no prazo mínimo de 48 horas. Deverão ser de colheita recente, em embalagens apropriadas, pesadas e inspecionadas na presença de representante da contratante.

4.3.2 Os produtos que não estiverem de acordo com os padrões exigidos (características organolépticas) serão rejeitados no momento da entrega, sendo substituídos pela empresa no prazo de 24 horas.

4.4 Os produtos cárneos deverão ter o peso impresso na embalagem e os hortifrutigranjeiros, mesmo pesados na empresa antes da entrega, bem como no local de entrega da contratante. Em caso de dúvida quanto ao peso dos produtos cárneos, os mesmos poderão ser pesados pela contratante.

4.5 Fica extremamente proibido a substituição de qualquer alimento que não seja por motivos de qualidade (do produto ou de sua embalagem) e/ ou quantidade solicitada, que pertence a esta licitação.

4.5.1 Qualquer alteração de outra natureza só poderá ser feita através do requisitante.

4.6 Conforme o Decreto da Vigilância Sanitária Estadual nº 31.455 de 1987, artigo 170: *toda pessoa proprietária de/ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios deve providenciar para que os condutores e ajudantes portem carteira de saúde, façam uso de vestuários adequados e limpos e possuam bons hábitos de higiene.*

4.7 No preço proposto de cada produto integrante da proposta deverão estar inclusos todos os custos, diretos e indiretos, necessários à entrega do mesmo, inclusive as despesas com transporte, encargos da legislação social e trabalhista, da infortunística do trabalho e da responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e postura Municipal, Estadual ou Federal, em fim, tudo o que for necessário para a entrega dos produtos conforme a proposta.

4.8 A prefeitura não disponibilizará guias para acompanhar as entregas.

4.8.1 No **item 7** deste Termo de Referência constam os Locais de Entrega, com os respectivos endereços e telefones, onde a empresa vencedora deverá efetuar as devidas entregas.

4.8.2 O não cumprimento, por parte dos fornecedores das datas e horários estabelecidos para as entregas dos produtos, sujeitará o fornecedor, à penalidade de advertência.

4.8.3 Em caso de reincidência, o fornecedor poderá sofrer as demais penalidades previstas neste edital.

4.8.4 É importante ressaltar que o Município de Gaspar não possui um depósito central para recebimento de alimentos, devido a isso, as **entregas deverão ser realizadas diretamente no endereço do requisitante**, conforme a programação de pedidos.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 A aquisição far-se-à de forma parcelada, conforme demanda, com entregas semanais e mensais, de acordo com a característica de cada item, através de Autorizações Empenho - AE, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.1 As datas para entrega e o cronograma com as quantidades de produtos destinados a cada local para a entrega mensal e semanal, serão fornecidos pelo requisitante, sendo o cronograma mensal entregue duas semanas antes da data e o semanal em até 72 horas antes da data da entrega.

5.1.2 Os prazos de entrega serão aqueles definidos no Cronograma de Entrega, encaminhado via e-mail por pessoa responsável de cada órgão requisitante, que os despachará com antecedência mínima de 05 (cinco) dias para as entregas semanais e de 15 (quinze) dias para as entregas mensais.

5.1.3 Haverá mudanças no cronograma semanal e mensal de acordo com a necessidade de cada requisitante.

5.1.4 As entregas deverão ser efetuadas no horário de expediente de cada requisitante.

5.1.5 **As normas a serem seguidas (cronograma), bem como para a entrega dos Gêneros Alimentícios, serão aqueles expressos e relacionados nos itens 6 e 7 respectivamente, deste Termo de Referência.**

5.1.6 Poderá ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados neste Edital, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os Gêneros Alimentícios no local indicado, desde que seja dentro do Município de Gaspar.

5.2 O fornecedor será responsável pela elaboração dos comprovantes de entrega que serão assinados pelo responsável do recebimento em cada local.

5.2.1 Os comprovantes de entrega deverão ser feitos em duas vias: uma via fica para o fornecedor e outra para o requisitante.

5.2.2 Cabe ressaltar que as notas fiscais somente são encaminhadas para pagamento após conferência dos comprovantes de entrega.

## 6. DO CRONOGRAMA DE ENTREGA

6.1 Os fornecedores deverão seguir a Programação de Entregas abaixo:

Programação das Entregas	Número dos Itens
1. <b>Produtos de Entrega Semanal:</b> deverão ser entregues 1 vez por semana, nas segundas-feiras.	05, 06, 07, 08, 24.
2. <b>Produtos de Entrega Semanal:</b> deverão ser entregues 4 vez por semana, de segunda a quinta-feira com horário pré-estabelecido pela requisitante.	01, 02, 03, 04, 20, 21, 22, 27, 28, 29.
3. <b>Produtos de Entrega Mensal:</b> deverão ser entregues 1 vez ao mês, em data pré-estabelecida pela requisitante.	09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.
4. <b>Produtos para Alimentação Especial:</b> deverão ser entregues diretamente no endereço do requisitante, sempre que solicitado.	17, 18, 19, 23, 25, 26.

## 7. DOS LOCAIS DE ENTREGA

7.1 A critério da administração, poderão ser solicitadas entregas nos seguintes endereços:

LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE PRA CONTATO
Secretaria Municipal de Assistência Social.	Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Gaspar/SC. CEP 89.110-085  <b>Horário de Expediente:</b> 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.	(47) 3397-1094
Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar.	Rua Olga Wehmuth, nº 75, Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 13h00min às 18h00min.	(47) 3378-8515
Secretaria Municipal da Saúde.	Avenida Olga Wehmuth, nº 151, Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.	(47) 3703-3700
Policínica Municipal Dr. Valmor Beduschi (Secretaria Municipal de Saúde).	Avenida Olga Wehmuth, nº 113, Bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC.	(47) 3703-3716



	CEP 89.114.736	
	<b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.	
Estratégia Saúde da Família Belchior. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Germano Tillmann, nº 100, Bairro Belchior, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Belchior Baixo. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Vidal Flavio Dias, S/N, Bairro Belchior Baixo, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> Atendimento quinzenal, nas quintas-feiras, das 07h30min às 12h00min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Margem Esquerda I. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Pedro Simon, S/N, Bairro Margem Esquerda, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Margem Esquerda II. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Localidade do Sertão Verde, Bairro Margem Esquerda, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Lagoa. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Estrada Geral Poço Grande, S/N, Bairro Poço Grande, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Centro. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Augusto Beduschi, nº 130, Bairro Centro, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Barracão. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua João Barbieri, nº 143, Bairro Barracão, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Santa Terezinha. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Jacob Junkes, S/N, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716



	<b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	
Estratégia Saúde da Família Poço Grande. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Renato Manoel Peixoto, S/N, Bairro Poço Grande, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Bela Vista. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Adriano Kormann, nº 700 (Térreo), Bairro Bela Vista, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Jardim Primavera. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Adriano Kormann, nº 700, Bairro Bela Vista, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Figueira. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Rio Negrinho, S/N, Bairro Figueira, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Sete de Setembro. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Arnaldo Bernardino de Souza, Bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Coloninha. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Prefeito Leopoldo Schramm, nº 250, Bairro Coloninha, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Vereador José Bonetti "Nino". <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Fênix, nº 130, Bairro Gasparinho, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Alto Gasparinho. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Itália, S/N, Bairro Alto Gasparinho, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b>	(47) 3703-3716

	Atendimento semanal, nas quintas-feiras, das 07h30min às 12h00min.	
Estratégia Saúde da Família Gaspar Grande. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua José Anastácio da Silva, S/N, Bairro Gaspar Grande, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Gaspar Alto. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Estrada Geral Gaspar Alto, nº 13.635, Bairro Gaspar Alto, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua São Pedro, nº 250, Bairro Centro, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h00min às 17h00min.	(47) 3703-3716

7.2 Poderá ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados neste Termo de Referência, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os Gêneros Alimentícios no local indicado, desde que seja dentro do Município de Gaspar.

## 8. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 O pagamento será efetuado *em até 15 (quinze) dias*, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável da requisitante.

8.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC.

8.6 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

*Corpo de Bombeiros Militar  
Exercício 2019;  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
Exercício 2019;  
Secretaria Municipal de Saúde  
Exercício 2019;*

## 9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DAS AMOSTRAS

10.1 As proponentes classificadas em primeira colocação deverão apresentar **amostra no prazo de 03 (três) dias úteis após o término do certame**, dos produtos cotados, exceto do hortifrutigranjeiro (*Item 08*), para análise e parecer da nutricionista da contratante. Caso a amostra esteja fora das especificações predeterminadas, a contratada será DESCLASSIFICADA naquele item.

10.1.1 As amostras deverão conter a mesma marca da Proposta de Preço da proponente, sob pena de desclassificação naquele item.

10.1.2 As amostras deverão estar identificadas com o número do item, o mesmo do Anexo II - Proposta de Preço, deste Edital.

10.1.3 As amostras deverão ser entregues e protocoladas no seguinte endereço: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar - Edifício Edson Elias Wieser (2º andar), Rua São Pedro, nº 128, Centro, Gaspar/SC, CEP 89.110-082, A/C da Equipe de Licitações da Modalidade Pregão Presencial.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 São obrigações da Contratada:

11.1.1 Providenciar o fornecimento dos Gêneros Alimentícios, objeto do presente Edital, nos endereços indicados na Autorização de Empenho, conforme solicitações por parte do requisitante, e exigências do Edital e seus Anexos, obedecendo o prazo de fornecimento estabelecidos no Edital.

11.1.2 Entregar os Gêneros Alimentícios de acordo com as exigências previstas no presente Edital, buscando garantir sua qualidade;

11.1.3 Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos Gêneros Alimentícios.

11.1.4 Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado;

11.1.5 Emitir as Notas Fiscais no valor pactuado em contrato, apresentando-a a Contratante para ateste e pagamento;

11.1.6 Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

11.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.8 Assumir integral responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, na prestação de serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir, conforme o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.666/93.

11.1.9 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

11.1.10 Reparar, corrigir e substituir, refazer às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento dos Gêneros Alimentícios.

11.1.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.1.12 Não transferir para a Contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência do contratado, nem mesmo poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.13 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato,

a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer ônus para o Município.

11.2.1 A não substituição dos materiais no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 São obrigações da Contratante:

12.1.1 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos Gêneros Alimentícios, atestar nas notas fiscais a efetiva prestação dos serviços do objeto contratado e o seu aceite;

12.1.2 Efetuar os pagamentos à Contratada nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos;

12.1.3 Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;

12.1.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

12.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os Gêneros Alimentícios fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da Contratada;

12.1.6 Emitir autorização de empenho para o fornecimento dos Gêneros Alimentícios pela Contratada;

12.1.7 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

12.1.8 Franquear o acesso à contratada aos locais necessários a execução dos serviços;

12.1.9 Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços.

12.1.10 Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93.

## 13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 Nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente da ATA ou item da ATA de Registro de Preços, conforme o caso;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

14.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta vencedora em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal referente à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo

a Administração.

14.4 Caberá aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor total da Proposta de Preços da Licitante ou do valor total ou do item da ATA de Registro de Preços, nas seguintes proporções e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar a ATA de Registro de Preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- b) Quem, convocado dentro do prazo de vigência da ATA de Registro de Preços, não firmar o contrato; Multa de 10%, calculada sobre o valor total do contrato no caso de recusa em assinar o contrato;
- c) deixar de entregar documentação exigida para o certame; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- d) apresentar documentação falsa exigida para o certame; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- f) não manter a proposta de preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- h) comportar-se de modo inidôneo; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- i) cometer fraude fiscal; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- j) Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da CONTRATADA, será aplicada a penalidade de Multa de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor total do pedido;
- k) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; Multa de 10% sobre o valor total do lote ou dos itens da ATA de Registro de Preços relacionados no pedido.

14.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar a ATA de Registro de Preços; 1 (um) ano mais multa;
- b) Quem, convocado dentro do prazo de vigência da ATA de Registro de Preços, não firmar o contrato; 1 (um) ano mais multa;
- c) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 (um) ano mais multa;
- d) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 (um) ano mais multa;
- f) não manter a proposta de preços; 1 (um) ano mais multa;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 (quatro) anos mais multa;
- h) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- i) cometer fraude fiscal; 5 (cinco) anos mais multa;
- j) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; 1 (um) ano mais multa.

14.6 Em todo caso a licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

14.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

14.7 É facultado a licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

14.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente da garantia prestada, dos valores devidos à **CONTRATADA**, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo



máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

14.9 Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, a licitante será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

14.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por qualquer Secretário Municipal requisitante dos materiais.

14.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise serão submetidos à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

Gaspar, 20 de setembro de 2019.

**CARLOS ROBERTO PEREIRA**  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão  
Administrativa

**JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JUNIOR**  
Secretário Municipal da Saúde

**SANTIAGO MARTIN NAVIA**  
Secretário Municipal de Assistência Social



## ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

### PROPOSTA DE PREÇOS

Orçamento Estimado pela Administração - Planilha de Preços Máximos

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

Telefone(s):

E-mail(s):

1.1 TODOS OS ITENS DESTA PROPOSTA DE PREÇOS SERÃO RESERVADOS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME ESTABELECE O ART. 48, INCISO "I" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ART. 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.241/2016.

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário Máximo	Preço Unitário Cotado	Marca
1	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO DE LEITE</b></p> <p>Pão de forma fatiado com 20 gramas cada fatia, com validade mínima de 48 horas, com boa aparência, <b>em embalagem plástica e transparente de 400 gramas</b> com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.</p>	6.500	R\$ 5,91	R\$ ____.	Marca: ____.
2	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO PRÓPRIO PARA CACHORRO QUENTE</b></p> <p>Com no mínimo 50 gramas cada, com validade de 48 horas, com boa aparência, em embalagem plástica e transparente com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.</p>	8.800	R\$ 0,59	R\$ ____.	Marca: ____.
3	<p><b>UNIDADES</b> <b>PÃO DOCE TIPO MASSINHA</b></p> <p>Com no mínimo 80 gramas cada, com creme de baunilha e farofa, com validade de 48 horas, com boa aparência, em embalagem plástica e transparente com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.</p>	7.200	R\$ 1,35	R\$ ____.	Marca: ____.

4	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO DE QUEIJO</b></p> <p>Com no mínimo 50 gramas cada, com validade de 48 horas, com boa aparência, consistência macia, em embalagem plástica e transparente com a data de fabricação e a data de validade impressas, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Entregue pronto para o consumo.</p>	2.300	R\$ 2,27	R\$ _____.	Marca: _____.
5	<p><b>POTE</b> <b>REQUEIJÃO CREMOSO</b></p> <p>- Em pote de 500g, produto pastoso de cor clara e uniforme, odor e sabor próprios, isento de mofo, bolores ou substâncias estranha; nº de registro em órgão competente (S.I.E. ou S.I.F.), conter informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, validade de no mínimo 3 semanas a partir da data de entrega, transporte a frio <math>\leq 9</math> oC.</p>	415	R\$ 9,12	R\$ _____.	Marca: _____.
6	<p><b>KG - Pacote contendo 1kg</b> <b>BACON DE PRIMEIRA QUALIDADE</b></p> <p>Com fina capa de gordura, em embalagem de PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca, peso líquido e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.</p>	300	R\$ 23,02	R\$ _____.	Marca: _____.
7	<p><b>UNIDADE</b> <b>PRESUNTO SUÍNO</b></p> <p>Cozido fatiado, resfriado, de primeira qualidade. Embalagem de 200 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.</p>	500	R\$ 7,47	R\$ _____.	Marca: _____.
8	<p><b>UNIDADE</b> <b>FOLHA DE LOURO</b></p> <p>Embalagem contendo no mínimo 50g, com identificação do produto e prazo de validade.</p>	110	R\$ 3,86	R\$ _____.	Marca: _____.
9	<p><b>KG</b> <b>COLORAU</b></p> <p>- Em kg, em pó fino, homogêneo, elaborado a partir do urucum, de coloração vermelho intensa, conter identificação do produto, nome e endereço do fabricante impresso na embalagem, validade superior a 3 meses a partir da data de entrega. Não deverá apresentar resíduo ou impurezas, bolor ou cheiro não característico.</p>	95	R\$ 8,20	R\$ _____.	Marca: _____.



10	<p><b>UNIDADE</b> <b>QUEIJO TIPO PARMESÃO RALADO</b></p> <p>Embalagem de 100g, em saco plástico transparente atóxico, resistente, hermeticamente fechado. Conter composição, conservação, informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem. Deverá apresentar validade superior a 6 meses a partir da data de entrega.</p>	190	R\$ 8,73	R\$ ____.	Marca: ____.
11	<p><b>UNIDADE</b> <b>SUCO EM PÓ</b></p> <p>Sabores (laranja, limão, abacaxi, uva, morango, cajú e maracujá), já adoçado, rendimento de 1 Litro, preparado sólido artificial para refresco de diversos sabores. Devem estar isentos de matéria terrosa, parasitas, fungos insetos, bem como livres de umidade. Embalagem: Embalagem de polietileno atóxico, resistentes, com peso líquido de 25 gramas. com rendimento de 1 Litro. Legislação: Resolução - RDC no 39, de 21 de março de 2001.</p>	1.000	R\$ 1,30	R\$ ____.	Marca: ____.
12	<p><b>UNIDADE</b> <b>MILHO BRANCO</b></p> <p>Tipo canjica branca, de procedência nacional. Embalagem de 500g, em plástico atóxico, transparente e incolor, termoselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas, ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Rótulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.</p>	110	R\$ 3,73	R\$ ____.	Marca: ____.
13	<p><b>UNIDADE</b> <b>MILHO PARA PIPOCA</b></p> <p>Embalagem de 500g, em plástico atóxico, transparente e incolor, termoselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas, ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Rótulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.</p>	80	R\$ 3,42	R\$ ____.	Marca: ____.
14	<p><b>UNIDADE</b> <b>CALDO / CARNE E LEGUMES</b></p> <p>Caldo de carne e legumes, sabores variados, embalagem de 114g, validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.</p>	200	R\$ 2,90	R\$ ____.	Marca: ____.
15	<p><b>UNIDADE</b> <b>CREME DE LEITE</b></p> <p>Caixa de creme de leite elaborado com gordura Láctea, contendo 25% a 30% de gordura, fabricado a partir de matéria-prima selecionada, validade mínima de 3 meses e embalagem tetra</p>	200	R\$ 2,62	R\$ ____.	Marca: ____.

	Pack (caixinha) com peso líquido de 200g.				
16	<b>UNIDADE</b> <b>REFRIGERANTE 2,5L</b>  Refrigerante de 1ª linha sabor cola – embalagem “pet” com 2,5 litros, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade, informação dos ingredientes e composição nutricional.	500	R\$ 7,23	R\$ ____.	Marca: ____.
17	<b>UNIDADE</b> <b>FARINHA LÁCTEA SEM LACTOSE</b>  Com soja. Isento de leite e derivados. Fonte de vitaminas e minerais. <b>Embalagem de 210 gramas</b> com o modo de preparo, os ingredientes, a conservação, as informações nutricionais, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.	42	R\$ 12,65	R\$ ____.	Marca: ____.
18	<b>LATA</b> <b>BEBIDA ORGÂNICA EM PÓ À BASE DE ARROZ E COCO</b>  - <b>Em lata de 300g.</b> Ingredientes: arroz orgânico, cálcio, leite de coco em pó, óleo de girassol alto oleico, sal, aromas naturais e espessante natural goma xantana. Deverá conter informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.	38	R\$ 32,72	R\$ ____.	Marca: ____.
19	<b>UNIDADE</b> <b>BISCOITO DOCE TIPO SEQUILHOS SEM GLÚTEN, SEM LACTOSE, ISENTO DE PROTEÍNAS DO LEITE</b>  Isento de proteínas do leite. De 1º qualidade. Sabores variados. <b>Embalagem de 270 gramas</b> com os ingredientes, as informações nutricionais, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.	25	R\$ 8,58	R\$ ____.	Marca: ____.
20	<b>UNIDADE</b> <b>BOLO SEM GLÚTEN</b>  - <b>Embalagem de 400g,</b> alimento para dietas especiais isentas de glúten, de sabores variados, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.	30	R\$ 19,22	R\$ ____.	Marca: ____.
21	<b>UNIDADE</b> <b>BOLO SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNAS LÁCTEAS</b>  - <b>Embalagem de 400g,</b> alimento para dietas especiais isentas de lactose e proteína do leite de vaca, de sabores variados, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do	20	R\$ 19,33	R\$ ____.	Marca: ____.

	fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.				
22	<p><b>UNIDADE</b> <b>BOLO INTEGRAL</b></p> <p>- <b>Embalagem de 400g</b>, alimento para dietas especiais rica em fibra, de sabores variados, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá apresentar como primeiro ingrediente "farinha de trigo integral", ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.</p>	19	R\$ 18,67	R\$ ____.	Marca: ____.
23	<p><b>KG</b> <b>FÉCULA HIDRATADA PARA TAPIOCA</b></p> <p>- Em kg, cor branca, odor e sabor característico, aspecto úmido, ingredientes: fécula de mandioca e água. Não contem glúten, açúcar e lactose. Deverá conter informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.</p>	20	R\$ 7,43	R\$ ____.	Marca: ____.
24	<p><b>UNIDADE</b> <b>IOGURTE SEM LACTOSE</b></p> <p>- <b>Embalagem plástica de 170g a 180g</b>, produto sem lactose, sabores variados, com polpa de fruta, embalagem contendo ingredientes, informações nutricionais, nome e endereço do fabricante impressos na embalagem, nº de registro em órgão competente (S.I.E. ou S.I.F.), validade de no mínimo 3 semanas a partir da data de entrega, transporte a frio <math>\leq 9</math> oC.</p>	100	R\$ 2,68	R\$ ____.	Marca: ____.
25	<p><b>UNIDADE</b> <b>MACARRÃO DE ARROZ SEM GLÚTEN</b></p> <p>Massa alimentícia a base de arroz. <b>Embalagem de 500g</b> com os ingredientes, as informações nutricionais, o modo de preparo, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.</p>	20	R\$ 2,90	R\$ ____.	Marca: ____.
26	<p><b>UNIDADE</b> <b>MACARRÃO INTEGRAL TIPO PARAFUSO</b></p> <p>Com farinha de trigo integral como principal ingrediente. Fonte de fibras. <b>Embalagem de 500 gramas</b> com os ingredientes, as informações nutricionais, o nome e o endereço do fabricante impressos. Validade superior a 3 meses a partir da data de entrega.</p>	25	R\$ 3,43	R\$ ____.	Marca: ____.
27	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO FATIADO SEM GLÚTEN</b></p> <p>- <b>Embalagem de 500g</b>, alimento para dietas especiais isentas de glúten, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente,</p>	45	R\$ 12,00	R\$ ____.	Marca: ____.

	deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.				
28	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO FATIADO SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNAS LÁCTEAS</b></p> <p>- <b>Embalagem de 500g</b>, alimento para dietas especiais isentas de lactose e proteína do leite de vaca, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.</p>	40	R\$ 10,93	R\$ ____.	Marca: ____.
29	<p><b>UNIDADE</b> <b>PÃO FATIADO INTEGRAL</b></p> <p>- <b>Embalagem de 500g</b>, alimento para dietas especiais rica em fibra, com boa aparência, embalado em embalagem plástica e transparente, deverá apresentar como primeiro ingrediente "farinha de trigo integral", ter a data de fabricação e data de validade impressa na embalagem, além do nome do fabricante, tabela nutricional e ingredientes. Importante: O produto deverá ser entregue pronto para o consumo.</p>	19	R\$ 7,55	R\$ ____.	Marca: ____.

1.1 O preço unitário médio é o valor unitário máximo que a administração se dispõe a pagar por cada item, não sendo aceito proposta com valor unitário superior ao estabelecido.

1.2 A proponente deverá apresentar também no envelope de PROPOSTA DE PREÇOS, uma cópia do documento de registro no S.I.M, S.I.E e/ou S.I.F para produtos de origem animal, sendo eles: Item 05 - Requeijão cremoso; Item 06 - Bacon; Item 07 - Presunto suíno; Item 10 - Queijo tipo "parmesão" ralado; Item 15 - Creme de Leite; Item 24 - Iogurte sem lactose.

Programação das Entregas	Número dos Itens
1. <b>Produtos de Entrega Semanal:</b> deverão ser entregues 1 vez por semana, nas segundas-feiras.	05, 06, 07, 08, 24.
2. <b>Produtos de Entrega Semanal:</b> deverão ser entregues 4 vez por semana, de segunda a quinta-feira com horário pré-estabelecido pela requisitante.	01, 02, 03, 04, 20, 21, 22, 27, 28, 29.
3. <b>Produtos de Entrega Mensal:</b> deverão ser entregues 1 vez ao mês, em data pré-estabelecida pela requisitante.	09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.
4. <b>Produtos para Alimentação Especial:</b> deverão ser entregues diretamente no endereço do requisitante, sempre que solicitado.	17, 18, 19, 23, 25, 26.



**NA PROPOSTA DE PREÇOS OS VALORES COTADOS ACIMA DO PERMITIDO NO EDITAL OU QUE NÃO ATENDEREM O DESCRITIVO E/OU EXIGÊNCIAS SERÃO AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADOS**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal

**Dados para Depósito Bancário:**

Banco:			
Agência:		Dígito:	
Conta:		Dígito:	

**Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:**

Nome:
CPF e RG:



## ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

### MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2019

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezenove, no Departamento de Compras e Licitações, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, nº 128 - 2º Piso, Centro, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 127/2019, na Ata de julgamento de preços, homologada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o *Registro de Preços para futuras aquisições de Gêneros Alimentícios para a Administração Direta da Prefeitura Municipal de Gaspar*, conforme especificações constantes no **ANEXO I - Termo de Referência** e **ANEXO II - Proposta de Preços**, do Edital Pregão Presencial nº 127/2019.

1.2 As licitantes registrados para os materiais cotados estão devidamente relacionados no Resultado final desse pregão presencial, **documento anexo** contendo \_\_\_\_\_ páginas.

1.3 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

#### 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 127/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

#### 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data da homologação da mesma pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A aquisição far-se-à de forma parcelada, conforme demanda, com entregas semanais e mensais, de acordo com a característica de cada item, através de Autorizações Empenho - AE, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1 As datas para entrega e o cronograma com as quantidades de produtos destinados a cada local para a entrega mensal e semanal, serão fornecidos pelo requisitante, sendo o cronograma mensal entregue duas semanas antes da data e o semanal em até 72 horas antes da data da entrega.

4.1.2 Os prazos de entrega serão aqueles definidos no Cronograma de Entrega, encaminhado via e-mail por pessoa responsável de cada órgão requisitante, que os despachará com antecedência mínima de 05 (cinco) dias para as entregas semanais e de 15 (quinze) dias para as entregas mensais.

4.1.3 Haverá mudanças no cronograma semanal e mensal de acordo com a necessidade de cada requisitante.

4.1.4 As entregas deverão ser efetuadas no horário de expediente de cada requisitante.

4.1.5 **As normas a serem seguidas (cronograma), bem como para a entrega dos Gêneros Alimentícios, serão aqueles expressos e relacionados no itens 6 e 7 respectivamente, do Termo de Referência.**

4.1.6 Poderá ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados neste Edital, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os Gêneros Alimentícios no local indicado, desde que seja dentro do Município de Gaspar.

4.2 O fornecedor será responsável pela elaboração dos comprovantes de entrega que serão assinados pelo responsável do recebimento em cada local.

4.2.1 Os comprovantes de entrega deverão ser feitos em duas vias: uma via fica para o fornecedor e outra para o requisitante.

4.2.2 Cabe ressaltar que as notas fiscais somente são encaminhadas para pagamento após conferência dos comprovantes de entrega.

4.3 A critério da administração, poderão ser solicitadas entregas nos seguintes endereços:

LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE PRA CONTATO
Secretaria Municipal de Assistência Social.	Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Gaspar/SC. CEP 89.110-085  <b>Horário de Expediente:</b> 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.	(47) 3397-1094
Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar.	Rua Olga Wehmuth, nº 75, Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 13h00min às 18h00min.	(47) 3378-8515
Secretaria Municipal da Saúde.	Avenida Olga Wehmuth, nº 151, Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.	(47) 3703-3700
Policínica Municipal Dr. Valmor Beduschi	Avenida Olga Wehmuth, nº 113,	(47) 3703-3716



(Secretaria Municipal de Saúde).	Bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.	
Estratégia Saúde da Família Belchior.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Germano Tillmann, nº 100, Bairro Belchior, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Belchior Baixo.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Vidal Flavio Dias, S/N, Bairro Belchior Baixo, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> Atendimento quinzenal, nas quintas-feiras, das 07h30min às 12h00min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Margem Esquerda I.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Pedro Simon, S/N, Bairro Margem Esquerda, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Margem Esquerda II.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Localidade do Sertão Verde, Bairro Margem Esquerda, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Lagoa.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Estrada Geral Poço Grande, S/N, Bairro Poço Grande, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Centro.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Augusto Beduschi, nº 130, Bairro Centro, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Barracão.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua João Barbieri, nº 143, Bairro Barracão, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Santa Terezinha.	Rua Jacob Junkes, S/N, Bairro Santa	(47) 3703-3716



(Secretaria Municipal de Saúde).	Terezinha, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	
Estratégia Saúde da Família Poço Grande.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Renato Manoel Peixoto, S/N, Bairro Poço Grande, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Bela Vista.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Adriano Kormann, nº 700 (Térreo), Bairro Bela Vista, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Jardim Primavera.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Adriano Kormann, nº 700, Bairro Bela Vista, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Figueira.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Rio Negrinho, S/N, Bairro Figueira, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Sete de Setembro.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Arnaldo Bernardino de Souza, Bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Coloninha.  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Prefeito Leopoldo Schramm, nº 250, Bairro Coloninha, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Vereador José Bonetti "Nino".  (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Fênix, nº 130, Bairro Gasparinho, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Alto Gasparinho.	Rua Italia, S/N, Bairro Alto Gasparinho, Gaspar/SC.	(47) 3703-3716

(Secretaria Municipal de Saúde).	<b>Horário de Expediente:</b> Atendimento semanal, nas quintas-feiras, das 07h30min às 12h00min.	
Estratégia Saúde da Família Gaspar Grande. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua José Anastácio da Silva, S/N, Bairro Gaspar Grande, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Gaspar Alto. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Estrada Geral Gaspar Alto, nº 13.635, Bairro Gaspar Alto, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua São Pedro, nº 250, Bairro Centro, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h00min às 17h00min.	(47) 3703-3716

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado *em até 15 (quinze) dias*, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável da requisitante.

5.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e perante o FGTS.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC.

5.6 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Corpo de Bombeiros Militar  
**Exercício 2019;**  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
**Exercício 2019;**  
Secretaria Municipal de Saúde  
**Exercício 2019;**

## 6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 7. RESPONSABILIDADES

7.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha,

direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8.666/93.

7.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos Gêneros Alimentícios fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5 A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 São obrigações da Contratada:

8.1.1 Providenciar o fornecimento dos Gêneros Alimentícios, objeto do presente Edital, nos endereços indicados na Autorização de Empenho, conforme solicitações por parte do requisitante, e exigências do Edital e seus Anexos, obedecendo o prazo de fornecimento estabelecidos no Edital.

8.1.2 Entregar os Gêneros Alimentícios de acordo com as exigências previstas no presente Edital, buscando garantir sua qualidade;

8.1.3 Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos Gêneros Alimentícios.

8.1.4 Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado;

8.1.5 Emitir as Notas Fiscais no valor pactuado em contrato, apresentando-a a Contratante para ateste e pagamento;

8.1.6 Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

8.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.8 Assumir integral responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, na prestação de serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir, conforme o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.666/93.

8.1.9 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

8.1.10 Reparar, corrigir e substituir, refazer às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento dos Gêneros Alimentícios.

8.1.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.1.12 Não transferir para a Contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência do contratado, nem mesmo poderá onerar o objeto do contrato;

8.1.13 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

8.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer ônus para o Município.

8.2.1 A não substituição dos materiais no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos

pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 São obrigações da Contratante:

- 9.1.1 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos Gêneros Alimentícios, atestar nas notas fiscais a efetiva prestação dos serviços do objeto contratado e o seu aceite;
- 9.1.2 Efetuar os pagamentos à Contratada nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos;
- 9.1.3 Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- 9.1.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 9.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os Gêneros Alimentícios fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da Contratada;
- 9.1.6 Emitir autorização de empenho para o fornecimento dos Gêneros Alimentícios pela Contratada;
- 9.1.7 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- 9.1.8 Franquear o acesso à contratada aos locais necessários a execução dos serviços;
- 9.1.9 Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços.
- 9.1.10 Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93.

## **10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

10.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) contratada(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
  - b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
  - c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
  - e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do fornecimento;
  - f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
  - g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 10.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## **11. PENALIDADES**

11.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
  - b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente da ATA ou item da ATA de Registro de Preços, conforme o caso;
  - c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 11.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta vencedora em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal referente à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo à Administração.



11.4 Caberá aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor total da Proposta de Preços da Licitante ou do valor total ou do item da ATA de Registro de Preços, nas seguintes proporções e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar a ATA de Registro de Preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- b) Quem, convocado dentro do prazo de vigência da ATA de Registro de Preços, não firmar o contrato; Multa de 10%, calculada sobre o valor total do contrato no caso de recusa em assinar o contrato;
- c) deixar de entregar documentação exigida para o certame; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- d) apresentar documentação falsa exigida para o certame; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- f) não manter a proposta de preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- h) comportar-se de modo inidôneo; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- i) cometer fraude fiscal; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da ATA de Registro de Preços;
- j) Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da CONTRATADA, será aplicada a penalidade de Multa de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor total do pedido;
- k) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; Multa de 10% sobre o valor total do lote ou dos itens da ATA de Registro de Preços relacionados no pedido.

11.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar a ATA de Registro de Preços; 1 (um) ano mais multa;
- b) Quem, convocado dentro do prazo de vigência da ATA de Registro de Preços, não firmar o contrato; 1 (um) ano mais multa;
- c) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 (um) ano mais multa;
- d) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 (um) ano mais multa;
- f) não manter a proposta de preços; 1 (um) ano mais multa;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 (quatro) anos mais multa;
- h) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- i) cometer fraude fiscal; 5 (cinco) anos mais multa;
- j) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; 1 (um) ano mais multa;

11.6 Em todo caso a licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

11.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

11.7 É facultado a licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

11.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente da garantia prestada, dos valores devidos à **CONTRATADA**, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.



11.9 Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, a licitante será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

11.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por qualquer Secretário Municipal requisitante dos materiais.

11.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise serão submetidos à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Gaspar (SC), \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
EMPRESAS

(com identificação/nome do representante legal)

# ANEXO IV

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

## MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº SAF -...../2019

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GASPAR E A EMPRESA (...).**

O **MUNICÍPIO DE GASPAR**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, senhor CARLOS ROBERTO PEREIRA, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo senhor \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, devidamente autorizado nos autos do Processo Administrativo nº 227/2019 - Pregão Presencial nº 127/2019, têm entre si justo e contratado o que segue:

### 1. OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato o fornecimento de *Gêneros Alimentícios para a Administração Direta da Prefeitura Municipal de Gaspar*, conforme as características descritas no **ANEXO I - Termo de Referência** e **ANEXO II - Proposta de Preços**, do Edital de Pregão Presencial nº 127/2019, bem como abaixo discriminado:

.....(*descritivo dos itens*).....

1.2 A Forma de Fornecimento do objeto deste Contrato é PARCELADA.

### 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 127/2019 e seus ANEXOS;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

### 3. DOS PRAZOS DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

3.2 O pagamento será efetuado *em até 15 (quinze) dias*, contados a partir do recebimento definitivo dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do

setor requerente.

3.3 Os prazos para as entregas dos Gêneros Alimentícios são aqueles constantes no item 6 deste Contrato

#### 4. PREÇO

4.1 O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato é o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, devidamente aprovado pela **CONTRATANTE**, tendo os seus valores unitários especificados no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato.

4.2 O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da **CONTRATADA**.

4.3 Os valores unitários do Contrato poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo IGP-DI, ou por outro que venha a substituí-lo.

4.4 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela **CONTRATADA** (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.5 Recurso para pagamento - Dotação Orçamentária:

*Corpo de Bombeiros Militar  
Exercício 2019;  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
Exercício 2019;  
Secretaria Municipal de Saúde  
Exercício 2019;*

#### 5. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

5.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1 A aquisição far-se-à de forma parcelada, conforme demanda, com entregas semanais e mensais, de acordo com a característica de cada item, através de Autorizações Empenho - AE, que serão encaminhadas dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1 As datas para entrega e o cronograma com as quantidades de produtos destinados a cada local para a entrega mensal e semanal, serão fornecidos pelo requisitante, sendo o cronograma mensal entregue duas semanas antes da data e o semanal em até 72 horas antes da data da entrega.

6.1.2 Os prazos de entrega serão aqueles definidos no Cronograma de Entrega, encaminhado via e-mail por pessoa responsável de cada órgão requisitante, que os despachará com antecedência mínima de 05 (cinco) dias para as entregas semanais e de 15 (quinze) dias para as entregas mensais.

6.1.3 Haverá mudanças no cronograma semanal e mensal de acordo com a necessidade de cada requisitante.

6.1.4 As entregas deverão ser efetuadas no horário de expediente de cada requisitante.

6.1.5 **As normas a serem seguidas (cronograma), bem como para a entrega dos Gêneros Alimentícios, serão aqueles expressos e relacionados no itens 6 e 7 respectivamente, do Termo de Referência.**

6.1.6 Poderá ser solicitadas entregas em outros locais não estipulados neste Edital, sendo que o fornecedor obriga-se a entregar os Gêneros Alimentícios no local indicado, desde que seja dentro do Município de Gaspar.

6.2 O fornecedor será responsável pela elaboração dos comprovantes de entrega que serão assinados pelo responsável do recebimento em cada local.

6.2.1 Os comprovantes de entrega deverão ser feitos em duas vias: uma via fica para o fornecedor e outra para o requisitante.

6.2.2 Cabe ressaltar que as notas fiscais somente são encaminhadas para pagamento após conferência dos comprovantes de entrega.

6.3 A critério da administração, poderão ser solicitadas entregas nos seguintes endereços:

LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE PRA CONTATO
Secretaria Municipal de Assistência Social.	Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Gaspar/SC. CEP 89.110-085  <b>Horário de Expediente:</b> 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.	(47) 3397-1094
Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar.	Rua Olga Wehmuth, nº 75, Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 13h00min às 18h00min.	(47) 3378-8515
Secretaria Municipal da Saúde.	Avenida Olga Wehmuth, nº 151, Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.	(47) 3703-3700
Policínica Municipal Dr. Valmor Beduschi <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Avenida Olga Wehmuth, nº 113, Bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC. CEP 89.114.736  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Belchior. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Germano Tillmann, nº 100, Bairro Belchior, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Belchior Baixo. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Vidal Flavio Dias, S/N, Bairro Belchior Baixo, Gaspar/SC.  <b>Horário de Expediente:</b> Atendimento quinzenal, nas quintas-feiras, das 07h30min às 12h00min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Margem	Rua Pedro Simon, S/N, Bairro	(47) 3703-3716



Esquerda I. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Margem Esquerda, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	
Estratégia Saúde da Família Margem Esquerda II. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Localidade do Sertão Verde, Bairro Margem Esquerda, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Lagoa. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Estrada Geral Poço Grande, S/N, Bairro Poço Grande, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Centro. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Augusto Beduschi, nº 130, Bairro Centro, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Barracão. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua João Barbieri, nº 143, Bairro Barracão, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Santa Terezinha. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Jacob Junkes, S/N, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Poço Grande. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Renato Manoel Peixoto, S/N, Bairro Poço Grande, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Bela Vista. <i>(Secretaria Municipal de Saúde).</i>	Rua Adriano Kormann, nº 700 (Térreo), Bairro Bela Vista, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Jardim Primavera.	Rua Adriano Kormann, nº 700, Bairro Bela Vista, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716

(Secretaria Municipal de Saúde).	<b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	
Estratégia Saúde da Família Figueira. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Rio Negrinho, S/N, Bairro Figueira, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Sete de Setembro. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Arnaldo Bernardino de Souza, Bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Coloninha. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Prefeito Leopoldo Schramm, nº 250, Bairro Coloninha, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Vereador José Bonetti "Nino". (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Fênix, nº 130, Bairro Gasparinho, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Alto Gasparinho. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Italia, S/N, Bairro Alto Gasparinho, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> Atendimento semanal, nas quintas-feiras, das 07h30min às 12h00min.	(47) 3703-3716
Estratégia Saúde da Família Gaspar Grande. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua José Anastácio da Silva, S/N, Bairro Gaspar Grande, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Unidade Avançada de Saúde Gaspar Alto. (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua Estrada Geral Gaspar Alto, nº 13.635, Bairro Gaspar Alto, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min.	(47) 3703-3716
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). (Secretaria Municipal de Saúde).	Rua São Pedro, nº 250, Bairro Centro, Gaspar/SC. <b>Horário de Expediente:</b> 07h00min	(47) 3703-3716

	às 17h00min.	
--	--------------	--

## 7. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado *em até 15 (quinze) dias*, contados a partir do recebimento definitivo dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

7.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

7.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC.

## 8. RESPONSABILIDADES

8.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

8.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8.666/93.

8.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

8.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos Gêneros Alimentícios fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

8.5 A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 São obrigações da Contratada:

9.1.1 Providenciar o fornecimento dos Gêneros Alimentícios, objeto do presente Edital, nos endereços indicados na Autorização de Empenho, conforme solicitações por parte do requisitante, e exigências do Edital e seus Anexos, obedecendo o prazo de fornecimento estabelecidos no Edital.

9.1.2 Entregar os Gêneros Alimentícios de acordo com as exigências previstas no presente Edital, buscando garantir sua qualidade;

9.1.3 Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos Gêneros Alimentícios.

9.1.4 Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado;

9.1.5 Emitir as Notas Fiscais no valor pactuado em contrato, apresentando-a a Contratante para ateste e pagamento;

9.1.6 Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

9.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.8 Assumir integral responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, na prestação de serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de todas e quaisquer reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir, conforme o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.666/93.

9.1.9 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por

parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

9.1.10 Reparar, corrigir e substituir, refazer às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento dos Gêneros Alimentícios.

9.1.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.1.12 Não transferir para a Contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência do contratado, nem mesmo poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.13 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

9.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer ônus para o Município.

9.2.1 A não substituição dos materiais no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos Gêneros Alimentícios, atestar nas notas fiscais a efetiva prestação dos serviços do objeto contratado e o seu aceite;

10.1.2 Efetuar os pagamentos à Contratada nos termos do contrato, do Edital e seus Anexos;

10.1.3 Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;

10.1.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os Gêneros Alimentícios fornecidos, se estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus Anexos, assim como da proposta de preços da Contratada;

10.1.6 Emitir autorização de empenho para o fornecimento dos Gêneros Alimentícios pela Contratada;

10.1.7 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

10.1.8 Franquear o acesso à contratada aos locais necessários a execução dos serviços;

10.1.9 Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços.

10.1.10 Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93.

## **11. PENALIDADES**

11.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

11.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta vencedora em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal referente à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.3 Caberá aplicação da penalidade de advertência nos casos de infrações leves que não gerem prejuízo à Administração.

11.4 Caberá aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor total da Proposta de Preços da

Licitante, nas seguintes proporções e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de vigência do Contrato, não firmar o contrato; Multa de 10%, calculada sobre o valor total do contrato no caso de recusa em assinar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; Multa de 20%, calculada sobre o valor total da proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; Multa de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;
- e) não manter a proposta de preços; Multa de 10%, calculada sobre o valor total da proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; Multa de 20%, calculada sobre o valor total do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo; Multa de 20%, calculada sobre o valor total do contrato;
- h) cometer fraude fiscal; Multa de 20%, calculada sobre o valor total do contrato;
- i) Em caso de atraso ou não cumprimento dos prazos por culpa da CONTRATADA, será aplicada a penalidade de Multa de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10 dias, calculada sobre o valor total do pedido;
- j) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; Multa de 10% sobre o valor total do lote ou dos itens do contrato relacionados no pedido.

11.5 Sem prejuízo da aplicação de multa caberá aplicação da penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios, nos seguintes prazos e casos:

- a) Quem, convocado dentro do prazo de vigência do Contrato, não firmar o contrato; 1 (um) ano mais multa;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame; 1 (um) ano mais multa;
- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame; 5 (cinco) anos mais multa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; 1 (um) ano mais multa;
- e) não manter a proposta de preços; 1 (um) ano mais multa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato; 4 (quatro) anos mais multa;
- g) comportar-se de modo inidôneo; 5 (cinco) anos mais multa;
- h) cometer fraude fiscal; 5 (cinco) anos mais multa;
- i) Em caso de não providenciar a entrega ou providenciar com mais de 10 dias de atraso; 1 (um) ano mais multa.

11.6 Em todo caso a licitante terá direito ao contraditório e ampla defesa.

11.6.1 Em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, poderá a licitante apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação sobre a irregularidade ou aplicação da penalidade.

11.7 É facultado a licitante apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

11.8 As multas sempre que possível serão descontadas diretamente da garantia prestada, dos valores devidos à **CONTRATADA**, caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da guia.

11.9 Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, a licitante será inscrita em dívida ativa do Município, sendo o valor executado judicialmente.

11.10 As penalidades de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar, poderão ser aplicadas por qualquer Secretário Municipal requisitante dos materiais.

11.11 Os recursos deverão ser encaminhados à autoridade que aplicou a penalidade, sendo que após sua análise será submetida à Decisão da Autoridade hierarquicamente Superior.



## 12. RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.1.1 No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito da **CONTRATANTE** ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos danos que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 Aplicam-se à este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14. VALOR DO CONTRATO

14.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o Valor Global de \_\_\_\_ (...), para todos os legais e jurídicos efeitos.

## 15. FORO

15.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Gaspar, .... de ..... de 2019.

(Secretária Municipal da Fazenda e Gestão  
Administrativa)  
CONTRATANTE

(razão social)  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

# ANEXO V - MODELO/DECLARAÇÕES

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

#### Modelo 1

#### Carta de Credenciamento

Para fins de participação no Processo Licitatório Nº 227/2019 - Pregão Presencial nº 127/2019, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_;

#### CRENCIAMOS O (A):

Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente/domiciliado na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_;

Para participar desta Licitação na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para exercer os direitos e assumir obrigações em nome desta empresa com poderes específicos para:

- Pronunciar-se em nome da empresa durante todo o processo Administrativo;
- Firmar Declarações, ATAS e demais documentos;
- Formular propostas e firmar proposta de preços;
- Ofertar lances verbais;
- Apresentar e firmar recursos e impugnações;
- Firmar contratos e ATA de Registro de Preços;
- Praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do Credenciante (EMPRESA)



# ANEXO V – MODELO/DECLARAÇÕES

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

#### Modelo 2

#### Declaração para Habilitação

Para fins de participação no Processo Licitatório Nº 227/2019 – Pregão Presencial nº 127/2019, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da lei, e de consequente inabilitação no referido processo licitatório que:

- a) Conhecemos e concordamos, sem qualquer restrição, com todas as condições e especificações técnicas e operacionais estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b) Nossa empresa atua no ramo de atividade objeto do Edital de Licitação, conhecendo as peculiaridades deste ramo de atividade, tendo condições de fornecer os produtos e/ou prestar os serviços conforme condições e especificações técnicas e operacionais exigidos no Edital e seus Anexos;
- c) Nossa empresa possui ou providenciará, caso vencedora da licitação todos os equipamentos e materiais necessários para o fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços, possuindo pessoal e mão de obra com a qualificação necessária para cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- d) Nossa empresa atende a todos os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidos no Edital de Licitação; exceto quanto a regularidade fiscal, uma vez que nossa empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006<sup>1</sup>;
- e) Nossa empresa não está cumprindo penalidade administrativa de suspensão temporária de participação em licitação, nem impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nem foi declarada inidônea;
- f) Nossa empresa não mantém no quadro de pessoal, salvo na condição de aprendiz, na forma da

<sup>1</sup> CASO A EMPRESA SE ENQUADRE NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE MANTER ESTA FRASE.



legislação específica, menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em atividade perigosa ou insalubre;

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do Representante Legal

# ANEXO V – MODELO/DECLARAÇÕES

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

### Modelo 3

### Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Para fins de participação no Processo Licitatório Nº 227/2019 – Pregão Presencial nº 127/2019, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA cumprir plenamente os requisitos para se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, e ainda usufruir dos benefícios concedidos devido a tal condição.

DECLARAMOS ainda que estamos cientes da responsabilidade administrativa, civil e criminal de tal declaração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

# ANEXO V – MODELO/DECLARAÇÕES

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

#### Modelo 4

#### Declaração de Idoneidade

Para fins de participação no Processo Licitatório Nº 227/2019 – Pregão Presencial nº 127/2019, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que **NÃO** está cumprindo penalidades de Inidoneidade, Suspensão ou Impedimento, não pesando contra si Declaração de Inidoneidade expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do Artigo 87, inciso IV e Artigo 88, inciso III da Lei nº 8666/93 em atendimento ao Artigo 97 da referida Lei para Licitar ou Contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

# ANEXO V - MODELO/DECLARAÇÕES

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

#### Modelo 5

### Declaração de Conhecimento das Condições de Fornecimento

Para fins de participação no Processo Licitatório nº 227/2019 - Pregão Presencial nº 127/2019, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_ neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, como condição de participação e Habilitação na licitação, DECLARA sob as penas da lei, e de conseqüente inabilitação no referido processo licitatório que:

- a) Tomamos conhecimento do Edital e analisamos todas as suas exigências e cláusulas, inclusive dos seus Anexos;
- b) Concordamos com todas as exigências do Edital, em especial quanto a descrição dos produtos a serem fornecidos, prazos de entrega e condições de pagamentos estabelecidos no Edital;
- c) Conhecemos os locais de entrega, bem como as peculiaridades e horários de entrega estabelecidos no edital, tanto que previmos esta logística e contabilizamos este custo no nosso preço final, GARANTINDO, ainda, que não haverá qualquer tipo reclamação posterior ou paralisação no fornecimento dos produtos por conta das condições de entrega exigidas no Edital e seus Anexos.
- d) Dispomos ou disponibilizaremos caso sejamos vencedores de um item ou mais itens na presente licitação, de veículos regularizados perante os Órgãos Competentes, inclusive sanitários quando a Lei exigir, para providenciar as entregas nos locais estabelecidos pela Administração, dentro dos prazos previstos no Edital, GARANTINDO, ainda, que não haverá



qualquer tipo reclamação posterior ou paralisação no fornecimento dos produtos por conta da falta de veículos;

Dispomos ou disponibilizaremos caso sejamos vencedores de um item ou mais itens na presente licitação, de mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para realizar as entregas dos produtos, GARANTINDO, ainda, que não haverá qualquer tipo reclamação posterior ou paralisação no fornecimento dos produtos por falta de mão de obra.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do Representante Legal